

## **A INTERVENÇÃO DA ONU E AS FORÇAS DE MANUTENÇÃO DE PAZ – FMMP – NOS ESTADOS PACIFICADOS NO PERÍODO PÓS-GUERRA FRIA E OS REFLEXOS POLÍTICOS E JURÍDICOS.**

Henrique Natal da Silveira  
Paulo Henrique Vieira da Costa  
Marcello Sgarbi

**Resumo:** O presente artigo versa sobre a intervenção da Organização das Nações Unidas e as Forças Militares de Manutenção de Paz (FMMP), que atuam nos Estados pacificados no período pós-guerra fria e os reflexos políticos e jurídicos. A Liga das Nações, nas décadas de 1920 e 1930, já empreendia ações, ainda que sem denominação específica, direcionadas à manutenção da paz e prevenção de conflitos. Nessas eram enviados observadores ou forças militares para zelar pela ordem, administrar territórios em conflito e monitorar cessar-fogos. Entretanto, muito antes da criação de organizações multilaterais que visavam garantir a paz e segurança internacional, existia a idéia de que as grandes potências eram responsáveis por manter a paz e segurança para além de suas fronteiras. No presente artigo, após as devidas considerações, veremos que as FMMP podem influenciar, seja diretamente ou mesmo indiretamente, na autodeterminação dos povos.

**Palavras-chave:** Forças Militares de Manutenção de Paz, poder, autodeterminação dos povos.

**Abstract:** This article deals with the intervention of the United Nations and the Armed Forces of Peacekeeping (FMMP) that operate in the United pacified the post-Cold War period and the political and legal consequences. The League of Nations, even in the 1920 and 1930, already undertook actions, even without specific designation, aimed at peacekeeping and conflict prevention. These were sent observers or military forces to ensure the order, managing territories in conflict and monitor ceasefires. However, long before the establishment of multilateral organizations aimed at ensuring international peace and security, there was the idea that the great powers were responsible for maintaining peace and security beyond its borders. In this article, after due consideration, we see that the FMMP can influence, either directly, or even indirectly, in the self-determination of peoples.

**Keywords:** Military forces Peacekeeping, power, self-determination .

## **1. Introdução**

Um dos mecanismos de intervenção externa utilizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) é constituição das Forças Militares de Manutenção de Paz – FMMP – que atuam no cenário internacional a fim de elidir a luta armada nos Estados soberanos, que apresentam fragilidade em reprimir por seus próprios meios políticos, jurídicos ou militares, os conflitos civis armados ou não, que de certa forma afrontam os direitos civis da população e a dignidade da pessoa humana. Contudo, a presença das FMMP traz inúmeros pontos positivos, até porque cumprem com seu propósito, contudo, influenciam sensivelmente a autodeterminação dos povos.

É forçoso aquiescer que para as forças engajadas nas operações de paz, os contextos perigosos e voláteis em que elas operam faz com que seja mais provável que venham a utilizar a força. Neste tipo de contexto, a questão da aplicabilidade do Direito Internacional Humanitário – doravante DIH - e dos direitos humanos se torna grave. É o caso particular quando essas forças estão envolvidas em operações para impor a paz. Além disso, o desenvolvimento das operações de paz trouxe para o debate em foco novos temas como a detenção e a transferência de indivíduos e a prestação de contas pelas violações no DIH e dos direitos humanos, aviltando as próprias Constituições.

## **2. Breve histórico das FMMP**

Ao longo dos anos, o leque das operações de paz tem se ampliado e passou a incluir várias dimensões como a prevenção de conflitos, imposição, construção, estabelecimento e manutenção da paz. Com efeito, as responsabilidades e tarefas destinadas às operações de paz transcenderam o monitoramento tradicional do cessar fogo e a observação de acordos de paz frágeis.

Neste contexto, a maioria dos conflitos envolvia essencialmente unidades soberanas, opondo dois ou mais Estados dispostos a garantir seus objetivos nacionais e preservar seu território contra a agressão externa. Os aparatos militares eram bem definidos e a guerra poderia ser entendida como um conflito entre forças armadas de dois ou mais Estados

Outrossim, com o final do conflito bipolar EUA e URSS inaugurou-se o período de maior atuação da ONU no campo da manutenção da paz e segurança internacional. Entre 1988 e 1999 foram instituídas 40 operações de manutenção da paz, ou seja, o total de missões triplicou em relação às quatro décadas anteriores<sup>1</sup>.

As operações de paz contemporâneas são mais ambiciosas que as anteriores porque se supõe que elas façam mais que simplesmente evitar a retomada ou a ampliação de um conflito armado. Hoje, a comunidade internacional concebe essas operações como uma maneira de enfrentar as causas que estão na raiz das crises às quais elas respondem. As operações de paz têm uma abordagem pró-ativa com vistas a forçar os que estão engajados na violência a retroceder do conflito e adotar paz e segurança.

A múltipla natureza dessas operações, o conceito das missões integradas e os contextos cada vez mais difíceis e violentos nos quais as equipes operam, salientam o quanto é importante para a comunidade internacional desenvolver uma estrutura coerente que dê conta da complexidade das operações de paz.

3

---

### **3. Das considerações gerais das operações militares de paz**

No entendimento de Fontoura, os principais fatores que influenciaram a grande proliferação das missões de manutenção da paz neste período são: o ressurgimento de tensões que se supunham superadas, como os conflitos de fundo étnico, religioso ou nacionalista; o maior apoio das grandes potências às atividades da ONU no campo da manutenção da paz e segurança; e a “crescente universalização dos valores da democracia e do respeito aos direitos humanos”.<sup>2</sup>

Segundo La Maisonneuve, não podemos afirmar a erradicação definitiva dos conflitos interestatais no cenário internacional pós-Guerra Fria; entretanto, há a tendência de que estes conflitos não mais expressem rivalidades entre Estados, mas sim rivalidades internas a eles, opondo “etnias, facções e indivíduos que até então, por sua vontade ou pela força, haviam aceitado viver

---

<sup>1</sup> Dados do Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas. Disponível em < <http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/timeline/>> Acesso em 15 de Junho de 2006.

<sup>2</sup> FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse de. *O Brasil nas Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 1999. pp. 84-94.

juntos”.<sup>3</sup> Isto se confirma a partir da verificação de que dos vinte e cinco conflitos contabilizados no ano de 1996, todos eram de natureza intra-estatal.<sup>4</sup>

Os conflitos Pós-Guerra Fria, pelo confronto social interno que os caracteriza, penalizaram essencialmente os países pobres e em desenvolvimento, principalmente Estados pós-coloniais e pós-socialistas, que entraram em “crises profundas de governabilidade; instabilidade política crônica; desorganização da economia; anomia social; fragmentação ou colapso”.

Com isso, novos temas passaram a ocupar o lugar de destaque na agenda internacional a partir da década de 1990: violação dos direitos humanos, genocídio, limpeza étnica, tortura, fluxos de refugiados e ação de grupos armados irregulares são apenas alguns exemplos.

Em resposta a este cenário, o Conselho de Segurança passou a autorizar missões cada vez mais complexas, incorporando uma série de funções, atividades e objetivos às missões de paz tradicionais. Surgiram então as operações de manutenção da paz chamadas de *segunda geração*,<sup>5</sup> com mandatos orientados à prestação de ajuda humanitária, verificação da situação dos direitos humanos, policiamento ostensivo, supervisão de eleições, auxílio à administração pública, restauração da infra-estrutura e do setor econômico, além dos objetivos tradicionais.

Como exemplos de missões de *segunda geração* podemos citar a “Missão Avançada das Nações Unidas no Camboja” (UNAMIC), instituída em outubro de 1991; e a “Operação das Nações Unidas em Moçambique” (ONUMOZ), estabelecida em dezembro de 1992.

O caráter multidimensional destas missões, abarcando tarefas nas áreas política, militar e humanitária, exigiu maior coordenação dos trabalhos das Nações Unidas (suas Agências, Fundos e Programas) com os demais atores internacionais, como as organizações não-governamentais, as organizações regionais e as instituições financeiras internacionais.

---

<sup>3</sup> LA MAISONNEUVE, E. de: *Metamorfosis de la violencia. Ensayos sobre la guerra moderna*. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 1998. pp. 175-176.

<sup>4</sup> NOGUEIRA, João P. *Ética, terror e soberania: questões para a teoria das Relações Internacionais*. In: GOMES, José Maria (Org.). *América Latina y el (Dés)orden Global Neoliberal: Hegemonía, contrahegemonía, perspectivas*. Buenos Aires: Clacso, 2004. p. 51

Portanto, a mudança na natureza dos conflitos no período pós-Guerra Fria e a complexidade com que estes se apresentam até a atualidade, especificamente aqueles intra-estatais e de cunho civil, trouxeram uma série de conseqüências aos fundamentos tradicionais das operações de manutenção da paz das Nações Unidas – respeito à soberania estatal, imparcialidade da missão, consentimento das partes em conflito, uso da força somente em autodefesa – modificando de forma gradual a caracterização de tais operações.

Neste sentido, a emergência da temática dos direitos humanos na agenda internacional serviu para justificar de forma mais contundente a intervenção das Nações Unidas em conflitos intra-estatais, principalmente naqueles em que a ingerência é autorizada, ou pelo menos justificada, pela “defesa de cidadãos vítimas de abusos cometidos por seus próprios governos ou por omissão deles”.<sup>6</sup>

A discussão sobre a modificação do princípio da soberania no âmbito das operações de manutenção da paz das Nações Unidas revela o principal debate a respeito do lugar que estas devem ocupar no cenário internacional: de um lado, estudiosos que defendem as operações de paz em termos westphalianos,<sup>5</sup> argumentando que o papel de tais operações na política internacional deve ser limitado, visando garantir a resolução pacífica das disputas *entre* Estados; e de outro aqueles que as enquadram em termos pós-westphalianos, sugerindo que o papel das operações de paz não está limitado à manutenção da ordem *entre* os Estados, mas sim a uma tarefa mais árdua tal como garantir a paz segurança também *dentro* dos Estados.<sup>7</sup>

Outra modificação nas operações de manutenção da paz, diretamente relacionada com as missões de *terceira geração*, é a relativização do princípio do “uso da força” na consecução dos mandatos das missões. Primeiramente, as missões de paz limitavam o uso da força ao exercício da autodefesa em situações

---

<sup>5</sup> As Operações de Paz de *segunda geração* também são denominadas operações multidisciplinares, multidimensionais ou multifuncionais

<sup>6</sup> PINTO, Simone Martins Rodrigues. “Intervenção Humanitária: Perspectivas Teóricas e Normativas”. In: BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA Jr., Domício. *Panorama brasileiro de paz e segurança*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004. p. 279.

<sup>7</sup> Tal debate é amplamente abordado em: BELLAMY, Alex. J.; WILLIAMS, Paul; GRIFFIN, Stuart. (2004), op. cit.

extremas Entretanto, de acordo com Cardoso,<sup>8</sup> nas operações mais recentes, principalmente naquelas que incluem proteção à prestação de assistência humanitária, moldou-se a restrição do uso da força às necessidades da operação. A partir de então, estendeu-se a ação impositiva às situações que exigem remoção de obstáculos que se interpõem ao cumprimento do mandato, passando assim dos termos do Capítulo VI da Carta da ONU para os termos do Capítulo VII.

Além disso, o alargamento do princípio do “consentimento das partes para a autorização da missão” constitui uma terceira evolução dos fundamentos básicos das operações de paz. Pela quantidade de atores envolvidos nos conflitos intra-estatais e pela dificuldade de distinguir entre eles àqueles interlocutores válidos que representem a vontade das partes e que garantam o pactuado, admitiu-se que o consenso e o consentimento das “principais” partes já basta para justificar a operação de paz, deixando as partes “secundárias” à margem das decisões.<sup>9</sup>

Os maiores insucessos das missões de paz ocorreram justamente em missões de *imposição da paz*, devido à falta de consentimento das partes ou ao recrudescimento do uso da força, abrindo espaço para que as forças de paz fossem consideradas imparciais e incapazes de chegar a uma resolução do conflito, a exemplo do que ocorreu na Somália (Operação das Nações Unidas na Somália II – UNOSOM II), em Ruanda (Missão de Assistência das Nações Unidas a Ruanda - UNAMIR) e na Bósnia-Herzegovina (Missão das Nações Unidas na Bósnia-Herzegovina – UNMIBH).

#### **4. Operações de paz – FMMP – e da autodeterminação dos povos**

A globalização econômica, política e social traduzida nos acordos internacionais entre blocos de Estados, a expansão célere das informações por meio de moderna tecnologia, a busca permanente dos Estados à soberania sem intervenções internacionais, bem como, outros aspectos implícitos e intencionais de ameaças por meio da força bélica, possibilitam o surgimento de conflitos localizados, os quais poderão influenciar no relacionamento global entre as nações.

---

<sup>8</sup> CARDOSO, Afonso José Sena. *O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas*. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1998. p.28.

<sup>9</sup> BORGES, João Marcelo; GOMES, Renato Couto. “Notas sobre as Missões de Paz da ONU”. In: BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA Jr., Domício. *Panorama brasileiro de paz e segurança*. São Paulo:

Como já foi desenhado nas premissas iniciáticas, a Organização das Nações Unidas (ONU) possui ditames acordados pelos países membros que estabelecem mecanismos com a participação dos Observadores Militares dessa organização, por ocasião das Missões de Paz na mediação dos conflitos armados internacionais.

A experiência do Brasil, por exemplo, em operações de paz contribui com os objetivos dos organismos internacionais em soluções de conflito e de firmar a política externa nacional. Esses objetivos são alcançados, também, pelo somatório das ações desenvolvidas pelos observadores militares que permeiam nas diversas áreas do conflito.

Até 1945 a guerra é justa ou injusta. Desde então ela é lícita ou ilícita. Há uma importante mudança de perspectiva. É consolidado o princípio de cooperação que se torna fundamento do multilateralismo das Nações Unidas.

Os malogrados esforços de mediação para solucionar esses conflitos se explicam pela própria estrutura do poder internacional: os países desenvolvidos, que logicamente dispõem de meios de dissuasão e de intervenção o fazem seguindo as percepções de seus supostos interesses nacionais. Disso decorrem soluções casuísticas aplicadas de maneira *ad hoc* e que percorrem os caminhos de maneira errática.

Para tentar romper o ciclo marcado pela indiferença e/ou pela ineficácia das soluções sugeridas frente aos conflitos que afligem os países em desenvolvimento é indispensável um repensar sobre os próprios mecanismos de solução e mediação de conflitos. Em outras palavras, para dotá-los de um nível de capacidade de intervenção nos conflitos que os afetam é necessário que eles demonstrem capacidade de elaboração de uma nova matriz ideológica e operacional capaz de fornecer uma alternativa ao atual sistema de solução de litígios. A mediação brasileira no Haiti, a guisa de exemplificação, é o exercício de uma diplomacia solidária e insere-se nesta perspectiva.

A diplomacia solidária pode ser definida como sendo a concepção e a aplicação de uma ação coletiva internacional, sob os auspícios do Conselho de Segurança, feita por terceiros Estados intervenientes num conflito interno ou

internacional, desprovidos de motivações decorrentes de seu interesse nacional e movidos unicamente por um dever de consciência ou por interesses difusos.<sup>10</sup>

Além da hipótese suscitada, há outro questionamento fundamental para uma possível teorização da diplomacia solidária. A justificação para a ingerência solidária é moral ou é também jurídica? Uma possibilidade de enfrentamento dessa questão pode estar no pensamento de Kant, que diferencia a moral do direito. A moral é espontânea e incoercível, ao passo que o direito é coercível. A espontaneidade do ato de natureza moral é decorrente da motivação do indivíduo que o pratica; ele está convencido, intimamente, de que sua ação é boa.

O ato jurídico depende, por sua vez, de um dever, de algo externo ao indivíduo. Este pode ser um caminho para se perguntar se a ingerência solidária (que pode ser assimilada à aplicação prática dos princípios da diplomacia solidária) é realizada pelos Estados por um convencimento próprio, ou se há alguma norma, ainda que muito geral, na qual ela encontra suas raízes.

Quando um Estado – ente desprovido de sentimentos – toma a decisão pela intervenção em outro Estado? Há dois conjuntos de fatores principais: por um lado a suposta existência de interesses objetivos (financeiros, militares, estratégicos, políticos, diplomáticos ou de prestígio) que fazem pressão para que os Estados intervenham. Por outro, há a sua opinião pública a exigir uma resposta do Estado-sujeito com vistas a colocar um ponto final ao sofrimento de outrem, especialmente da população civil indefesa.

O que ocorreu no caso da atual crise haitiana? Nenhum desses dois grupos de interesses pressionou o Estado-sujeito para agir. Ele o fez por *motu proprio*, ausentes a pressão da opinião pública e os interesses materiais a serem defendidos. Portanto não houve nem ação moral (da opinião pública) nem material (dos interesses) que impelisse o Estado-sujeito a intervir. Neste caso, ele o fez contrariando os fundamentos da teoria realista das relações internacionais.

O que procuro dizer é que a possibilidade de intervenção dos organismos internacionais da ONU, não raras as vezes representam quase que uma

---

<sup>10</sup> Não há ganho real na intervenção. Há somente a idéia que esta fortalece o sistema multilateral, moldando-o segundo percepções dos Estados intervenientes na medida em que da própria intervenção decorre uma maior autoridade moral e política.

carta branca para suas ações, nos mais variados campos do poder. Ademais, sob a chancela da tropa militar da FMMP, líderes políticos do Estado que sofre a intervenção se “aliam” aos estrangeiros e buscam galgar ao poder, justamente argumentando a instabilidade política ou, quando muito, buscando anular os instrumentos que legitimaram seus antecessores no poder.

Assim, *ab initio*, podemos aduzir que as FMMP podem proporcionar, seja diretamente, ou mesmo indiretamente, na autodeterminação dos povos, com uma política, que não raras as vezes não são aquelas almejadas pela população local, que são os verdadeiros detentores do poder.

## 5. Conclusão

O marco inaugural das operações de paz não se encontra no seio das Nações Unidas. A Liga das Nações, ainda nas décadas de 1920 e 1930, já empreendia ações, ainda que sem denominação específica, direcionadas à manutenção da paz e prevenção de conflitos. Nessas eram enviados observadores ou forças militares para zelar pela ordem, administrar territórios em conflito e monitorar cessar-fogos. Entretanto, muito antes da criação de organizações multilaterais que visavam garantir a paz e segurança internacional, existia a ideia de que as grandes potências eram responsáveis por manter a paz e segurança para além de suas fronteiras.

No âmbito das Nações Unidas, podemos considerar que as operações de paz surgiram como uma medida contingencial, para contornar as dificuldades de se colocar em prática o sistema de segurança coletiva previsto nos artigos da Carta de São Francisco, principalmente devido à falta de consenso entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança durante a Guerra Fria.

Frente aos conflitos localizados que emergiam no cenário internacional pós-Segunda Guerra Mundial, a ONU passou a autorizar uma série de missões que objetivavam prevenir conflitos entre Estados ou estabilizar aqueles já em andamento através do emprego de forças multinacionais compostas por civis e/ou militares.

O Conselho de Segurança, em sua qualidade de principal órgão do sistema das Nações Unidas responsável pela manutenção da paz e segurança internacional, e único dotado de poderes coercitivos, é quem possui autoridade para

aprovar o mandato das operações de paz. Apesar da Carta da ONU não fazer referência explícita a este tipo de operação, o que a torna um mecanismo *ad hoc*, o aparato que fundamenta juridicamente as missões de paz está previsto em seus Capítulos VI e VII. O primeiro prescreve os meios pacíficos para a solução de controvérsias, através da negociação, mediação, conciliação e/ou arbitragem. O segundo abre a possibilidade do uso da força na aplicação de medidas para a resolução de conflitos que se tornaram de fato uma ameaça à paz e segurança internacional.

A composição dos recursos humanos que integram as forças de paz, chamados de “capacetes azuis”, está definida no artigo 43 da Carta da ONU, de acordo com o qual os Estados Membros se comprometem a proporcionar ao Conselho de Segurança “forças armadas, assistências e facilidades, incluindo direito de passagem, necessários para a manutenção da paz e da segurança”.

Pela quantidade de atores envolvidos nos conflitos e pela dificuldade de distinguir entre eles àqueles interlocutores válidos que representem a vontade das partes e que garantam o pactuado, admitiu-se que o consenso e o consentimento das “principais” partes já basta para justificar a operação de paz, deixando as partes “secundárias” à margem das decisões.

Tal evolução interferiu diretamente na legitimidade das Nações Unidas para intervir em certos conflitos. Com efeito, ela implica diretamente no princípio de “não intervenção nos assuntos internos”, isto é, no conceito tradicional de soberania e conseqüentemente nas bases dos princípios da organização. Talvez seja esta a modificação que melhor justifica a qualificação desta nova modalidade de operações de paz como pós-westphaliana. Contudo, não é isso o que ocorre na prática, onde temos o exemplo do Haiti, Angola e Moçambique, onde grupos internos, aproveitaram-se da estreita ligação que possuíam, ou de interesses escusos, com os agentes representantes da ONU ou da FMMP para galgar ao poder.

A possibilidade de intervenção dos organismos internacionais da ONU, não raras as vezes representam quase que uma carta branca para suas ações, nos mais variados campos do poder. Ademais, sob a chancela da tropa militar da FMMP, líderes políticos do Estado que sofre a intervenção se “aliam” aos estrangeiros e buscam galgar ao poder, justamente argumentando a instabilidade política ou,

quando muito, buscando anular os instrumentos que legitimaram seus antecessores no poder.

Assim, podemos aduzir que as FMMP podem proporcionar, seja diretamente, ou mesmo indiretamente, na autodeterminação dos povos, com uma política, que não raras as vezes não são aquelas almejadas pela população local, que são os verdadeiros detentores do poder.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANNAN, Kofi A. *Peacekeeping, Military Intervention, and National Sovereignty in Internal Armed Conflict*. In: MOORE, Jonathan (ed.), *Hard Choices: Moral Dilemmas in Humanitarian Intervention*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 1998. pp. 55-69.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Unb/IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BELLAMY, Alex. J.; WILLIAMS, Paul; GRIFFIN, Stuart. *Understanding Peacekeeping*. Cambridge: Polity Press, 2004.

CARDOSO, Afonso José Sena. *O Brasil nas operações de paz das Nações Unidas*. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de Estudos Estratégicos, 1998.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse de. *O Brasil nas Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 1999.

GRAHAM, Gordon. *Ethics and International Relations*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

HEHIR, J. Bryan. *Military Intervention and National Sovereignty: Recasting the Relationship*. In: MOORE, Jonathan (ed.), *Hard Choices: Moral Dilemmas in Humanitarian Intervention*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 1998. pp. 29-54

LA MAISONNEUVE, E. de: *Metamorfosis de la violencia. Ensayos sobre la guerra moderna*. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 1998.

NOGUEIRA, João P. *Ética, terror e soberania: questões para a teoria das Relações Internacionais*. In: GOMES, José Maria (Org.). *América Latina y el (Dês)orden Global Neoliberal: Hegemonía, contrahegemonía, perspectivas*. Buenos Aires: Clascso, 2004.

OTUNNU, Olara A.; DOYLE, Michael W. (eds). *Peacemaking and peacekeeping for the new century*. Nova Iorque: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.

ROTBURG, Robert (ed.) *State Failure and State Weakness in a Time of Terror*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2003. Chapter 1: *Failed States, Collapsed States, Weak States: Causes and Indicators*.

RODRIGUES, Simone Martins. *Segurança Internacional e Direitos Humanos: A Prática da Intervenção Humanitária no Pós-Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

SILVEIRA, Henrique Batal da, COSTA, Paulo Henrique Vieira da e SGARBI, Marcello. A Intervenção da ONU e as Forças de Manutenção de Paz – FMMP – nos Estados Pacificados no Período Pós-guerra Fria e os Reflexos Políticos e Jurídicos. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET – Caderno de produção do corpo Docente e Discente. Curitiba PR - Brasil. nº 13, jan-jun/2015. ISSN 2175-7119.